



A GESTÃO DEMOCRÁTICA COM VIÉS SOCIAL

Simone Refkalefsky Varela¹

RESUMO

O estudo trata a gestão democrática nas escolas pública periféricas de Boa Vista. É quase unanime se colocar a responsabilidade dessa prática em professores e demais agentes do processo pedagógico. Respaldam o estudo enfoques qualitativo e quantitativo. Três questionários foram utilizados. Um para professores, alunos e gestores. Todos com perguntas fechadas. É importante ressaltar a necessidade dos sistemas de ensino adotar políticas de formação continuada de gestores e docentes, limitar a troca freqüente de dirigentes e fomentar políticas públicas sociais. Ficou claro nesse estudo que as decisões são impostas de cima para baixo, sem muitas vezes levar em consideração a realidade e as necessidades da comunidade escolar.

Palavras-Chaves: gestão democrática; escola pública; social.

ABSTRAT

The study deals with the democratic management of public schools in the outskirts of Boa Vista. It is almost unanimously to place the responsibility of the practice teachers and others involved in the educational process. They support the study qualitative and quantitative approaches. Three questionnaires were used. One for teachers, students and administrators. All with closed questions. It is important to emphasize the need for school systems to adopt policies for continuous training of teachers and administrators to limit the frequent turnover of leaders and promote social policies. It became clear in this study that decisions are imposed from the top down, often without taking into consideration the realities and needs of the school community.

Key Words: democratic management; public school; social.

1. INTRODUÇÃO

A situação da escola pública brasileira é, em sua maioria, bastante precária. Especialmente nas regiões mais pobres do País como Norte e Nordeste, faltando formação consistente aos docentes, formação continuada, remuneração justa aos mesmos, estrutura física incompatível com as necessidades de acomodação das pessoas e muitos outros problemas.

Neste quadro caótico a ausência permanente do Estado gestor surge como o maior de todos os obstáculos, urge que essa questão seja tratada como questão de justiça social e democracia. Neste contexto, falar em gestão democrática implica atribuir a responsabilização dessa prática exclusivamente aos agentes escolares, como se fosse de sua exclusiva competência lidar com toda a complexidade do sistema.

Pretendeu-se neste texto tratar da gestão democrática, privilegiando primeiramente o contexto macroestrutural da escola pública, seus inúmeros problemas cujas soluções estão totalmente fora da alçada do gestor, do professor ou de qualquer outro agente do processo pedagógico.

Para justificar esse estudo, recorreu-se à historiografia, com o intuito de primeiramente demonstrar o tratamento dispensado historicamente à educação pública no Brasil. É relevante destacar que o discurso oficial e a realidade vivenciada são totalmente dissonantes entre si.

Podemos enfatizar que as transformações ocorridas no âmbito da educação nas últimas décadas encontram-se largamente influenciadas pelo contexto contemporâneo, ou seja, pelo cenário globalizante, que por seu turno, imprimem profundas transformações estruturais nas esferas política e social no âmbito do Estado-Nação. Tais mudanças são partes dos desdobramentos provocados pelo processo de mundialização dos mercados.

No âmbito específico da Educação, essas mudanças levaram a reformulação das políticas educacionais, especialmente por meio da redução da intervenção do Estado nestas questões. Tal reformulação apresenta-se marcada, principalmente, pela difusão de uma visão mercadológica da educação, assim como a realidade sócio-cultural do país.

Nessa perspectiva, alguns aspectos da educação passaram a ser gerenciados pela lógica do mercado na busca de alcançar os melhores resultados com menores custos. O problema é que tal lógica é, na maioria das vezes, incompatível com as necessidades reivindicadas pela democratização da educação, a qual deve ser traduzida pela redução das desigualdades sociais em relação ao acesso e a qualidade da educação.

Nesse contexto, surgiram várias propostas de democratização do ensino público, bem com algumas formas de gerenciá-lo de modos a atingir uma melhoria na qualidade da educação brasileira, melhorando o cenário social das classes menos favorecidas. Uma dessas propostas é objeto de estudo desse texto dissertativo, qual seja: Gestão democrática em vista a melhoria de uma sociedade mais justa e igualitária.

O tema gestão democrática na escola pública tem despertado a atenção de pesquisadores, gestores, professores e demais agentes ligados direta ou indiretamente às questões da educação pública enquanto processo de ensino-aprendizagem.

É sabido que a gestão democrática perpassa pela efetiva participação de todos os membros da comunidade escolar, seja na definição das políticas que regulam os espaços de convivência coletiva, seja na elaboração do projeto político pedagógico, e administrativo, assim como os aspectos sociais. Neste caso, cada pessoa possui sua parcela de responsabilidade que deve desempenhar em prol da transformação da sociedade através da melhoria do processo da educação.

Comunidade e agentes escolares têm sido conclamados a dar a sua parcela de contribuição, numa ação conjunta e solidária, contudo, percebe-se a desvinculação institucional do Estado gestor com o sistema educacional. Essa dissociação é deveras descabida, visto que o Brasil tutela a universalização do ensino gratuito e de qualidade, pois a educação é um processo social e como tal eivado de complexidades, cuja resolução exige incondicionalmente a interferência do Estado.

Respaldaram-se este estudo os enfoques qualitativo e quantitativo, com o enfoque quantitativo, analisaram-se as informações obtidas na pesquisa campo tomando como parâmetro os conhecimentos estatísticos.

A metodologia que norteou este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e empírica, que forneceu o suporte teórico para as reflexões analíticas dos dados e das informações de ambas as pesquisas, descritas na seqüência realizada através de questionários com perguntas fechadas para gestores, professores e comunidade escolar.

2. A SOCIABILIDADE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Buscou-se ir além da habitualidade com que a literatura, em sua maioria, trata a gestão democrática na escola: descrevendo suas especificidades e/ou atribuindo ao corpo

diretivo da escola a sua prática ou ausência. Percebeu-se, conforme a pesquisa realizada tanto literária quanto empírica (campo) que a gestão democrática precisa, sim, do apoio incondicional do Estado gestor, não no seu *modus operandi*, mas sim, na resolução de problemas macro estruturais: escolas sem infra-estrutura, educação incipiente, entre outros. Além disso, devem elaborar Planos Nacionais de Ensino e Políticas Sociais exequíveis e, acima de tudo, acompanhem de modo efetivo as ações que são de sua competência.

A justificativa pela escolha do tema perpassa por questões que estão também fora do ambiente interno da escola, por exemplo, as questões sociais da comunidade do entorno da mesma, visto que não pode ser esquecido, numa escola que se pretende gerida por gestão democrática, os pais dos alunos e a comunidade.

É procedente afirmar que a omissão do Estado tem tornado muitas propostas e boas intenções em grandes fracassos, meras ações paliativas que de nada valem no cenário educacional e social brasileiro.

3. A EDUCAÇÃO POPULAR SOB A PERSPECTIVA POLÍTICA E SOCIAL

Vê-se que a escola pública brasileira, está eivada de problemas e desafios quase intransponíveis e cujas resoluções transcendem muito a atuação de qualquer gestor. Conforme leciona Lima (2006, p. 15): “enquanto construção social, um modelo de gestão é por natureza plural, diversificado, dinâmico, dependendo da produção e da reprodução de regras, de diferentes tipos, construídas e reconstruídas pelos atores envolvidos”.

Por seu turno, o leque de problemas extrapola as salas de aulas e até os muros escolares, são problemas estruturais e sociais, que demandam ações das altas esferas governamentais, muitas vezes até em níveis de organismos internacionais. Neste sentido, faz-se necessário conceituar o termo globalização.

Esse processo de mundialização dos mercados, ou o capitalismo flexível conforme o denomina Sennet (2004) juntamente com outros estudiosos do tema, tem provocado mudanças estruturais profundas nas esferas política e social no âmbito do Estado-Nação. Para compreender alguns aspectos dessas mudanças, fez-se uma digressão histórica acerca das políticas sociais ao longo da segunda metade do século XX.

4. DESIGUALDADES SOCIAIS

Multiplicam-se as práticas assistencialistas juntamente com a denominada educação compensatórias. É pertinente afirmar que o equívoco dessa está - não propriamente na assistência, que afinal tem beneficiado as crianças, mas na situação perversa em que se encontra a família, vivendo de salários aviltados e cada vez mais incapacitada de prover, ela mesma, as necessidades de sua prole com um mínimo de dignidade.

A escola da vida começa cedo – é sabido que o processo de educação de uma criança não começa na escola. Ela começa muito antes e é influenciada por muitos fatores.

Ao longo do seu desenvolvimento físico e intelectual a criança passa por várias fases nas quais a escola da vida, isto é, o ambiente familiar, as condições sócio-econômicas da família, o lugar onde se mora o acesso a meios de informação, têm uma importância muito grande. Os primeiros anos são decisivos: estudos demonstram que a criança tem sua estrutura básica de personalidade definida até os dois anos de idade, muito antes, portanto, do período da escola obrigatória (CECCON; OLIVEIRA, M.; OLIVEIRA, R., 2001, p. 88).

Como mudar a maneira de ensinar para o pleno exercício da cidadania? – a escola deve ser adaptada às condições reais vividas pela grande maioria de seus alunos. Essa proposta, contudo, mostra-se capciosa, podendo mesmo se tornar tão discriminatória quanto à escola dualista que se tem hoje.

Portanto abordou-se a questão da gestão democrática e social de modo abrangente, com ênfase nas escolas dos bairros periféricos da cidade de Boa Vista/RR.

5. CONCLUSÃO

É importante ressaltar a necessidade de os sistemas de ensino adota uma política de formação continuada de gestores, de modo a estabelecer unidade e direcionamento aos seus programas e cursos. Um fator limitador desse investimento seria a periodicidade freqüente de troca de dirigentes e de docentes, tal como atualmente ocorre. Portanto, é

necessário articular política de formação com política de gestão.

Nesse sentido constatou-se que das 10 (dez) escolas pesquisadas, apenas 1 (uma) tinha projetos voltados para a comunidade escolar, e sua gestão era parcialmente democrática, a mesma realiza reuniões mensais como todos os docentes. É relevante ressaltar que essas escolas não ofereciam atividades extraclasse junto a comunidade, dificultando a participação da comunidade em relação à sociabilização. 50% dos gestores afirmaram que gostariam de realizar projetos aos finais de semana para a comunidade, mais precisariam de um grande apoio do Estado gestor. Apenas 30% dos professores pesquisados fazem seu planejamento levando em conta a realidade sócio-cultural dos seus alunos. 70% dos professores afirmam não terem tempo para planejar de forma específica, levando em conta a complexidade econômica, social e cultural de alunos, por terem carga horária excessiva em outras atividades.

Diante o exposto, apenas 20% dos alunos pesquisados relataram interesse em freqüentar e ter compromisso com os estudos, 80% dos alunos afirma que as aulas são entediantes e monótonas, não cumprindo assim seu objetivo maior que é, o ensino e aprendizagem.

O estudo demonstrou que a vulnerabilidade social, aliada a falta de uma gestão democrática é o fator implícito para um mau desempenho escolar.

Observou-se que, em tempos pós-modernos os mecanismos pelos quais o dualismo opera são a má qualidade da educação no sistema público de ensino e a ilusão das políticas de acesso sem meios para a permanência no sistema educacional; a omissão diante da necessidade de políticas públicas sociais e educacionais (com legislação pertinente, garantia orçamentária e continuidade) que levem ao aumento da escolaridade e a cidadania.

O que ficou patente neste estudo é que as mudanças constantes no sistema educacional seguem as regras do não planejamento, ou seja, as decisões são impostas de modo verticalizado, sem discussão, sem a participação da comunidade escolar, sem orientação, sem treinamento e sem capacitação dos atores envolvidos no processo educacional.



REREFÊNCIAS

ANTUNES, Rosmeiri Trombini. **O Gestor Escolar**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Desenvolvimento Educacional (Caderno Temático: gestão escolar). Maringá, PR: 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 24).

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Série Cadernos de Gestão). LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Série Cadernos de Gestão).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.). **Gestão Democrática da Educação**: desafios contemporâneos. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VIEIRA, Adenil.; LIRA, Altair.; ABREU, Carlos Ely.; PARENTE, Cristiane.; FIGUEIREDO, Dalila.; CORREA, Eveline.; GADELHA, Graça.; OLIVEIRA, Ilma.; COSTA Josenilda.; KOSHIMA, Karin.; PAIVA, Leila.; MASSULA, Leila.; MENEZES, Lúcia Mônica.; GOMES, Marcy.; NOVAES, Marina.; SOUZA, Orlando de.; MIRAGLIA, Paula.; FERREIRA, Rosário.; AMORIM, Sandra.; XAVIER, Samantha.; BRAHIM, Valéria. **Disseminação da Metodologia do Programa de Assistência a Crianças e Adolescentes Vítimas de Tráfico para Fins de Exploração Sexual**. Brasília. Editora Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2007.



PEPE, Theresa M. de Freitas Adrião. **A Gestão Democrática nas Escolas da Rede Municipal de São Paulo: 1989 – 1992**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1995.